

UMA LEITURA DA RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E CIDADE

Jessica Ellen Paixão Silva ¹
Maria Jackeline Feitosa Carvalho ²

RESUMO

A atuação e a participação política da mulher, apagadas na releitura histórica patriarcal, reorganizou os papéis de gênero na cidade. Por isto, propomos responder ao seguinte questionamento: onde se encontra a mulher na construção da cidade? A partir dos conceitos do urbano de Lefebvre, 2019, sobre a construção do espaço-tempo e a evolução descontínua desses espaços, de Castells, 1983, que salienta o sistema urbano legitimado em diferentes espaços, de Harvey, 2014, que estima a luta anticapitalista e, a de Simmel, 1967, que analisa a degradação da vida mental do homem na metrópole, realizaremos uma discussão apontando na perspectiva de pensar onde está a mulher na construção e composição dos tecidos urbanos e dos sistemas urbanos, bem como, na luta anticapitalista e na degradação da vida mental metropolitana na discussão de gênero. É, portanto, justificativa para este artigo a necessidade de entender como se materializa a representatividade feminina nos espaços citadinos; seja ela no espaço-tempo, no espaço físico ou na dimensão virtual. Ao observar a construção da cidade, a partir da interseccionalidade de gênero, objetiva-se compreender como isso afeta diretamente a vida da mulher na cidade. Iremos, ainda, enfatizar como a cidade em sua materialidade se coloca hostil e desigual às mulheres. Destacaremos, assim, a dinâmica da ocupação da cidade pelas mulheres.

Palavras-chave: Cidade, Urbano, Gênero.

INTRODUÇÃO

Durante os estudos sobre o urbano, vemos a figura do homem como símbolo da cidade. Entretanto, afirmemos que detrás de toda a construção da cidade – seja espaço físico, seja espaço virtual, tal como afirmava Lefebvre – há, também, uma mulher. Mesmo que sua atuação e participação política esteja apagada na releitura histórica, mesmo que não percebamos, lá se encontra a mulher. Por isto, propomos, neste Ensaio, responder ao seguinte questionamento: onde se encontra a mulher na construção da cidade?

Aqui trabalharemos o urbano como conceito emprestado de Lefebvre, compõe as cidades, a construção do espaço-tempo e a evolução descontínua desses espaços. Já, para Castells, compreendemos o urbano como um sistema que se alimenta de ferramentas que o mantém funcionando e legitimado em diferentes espaços. Para Harvey as cidades são os espaços principais de construção da luta anticapitalista e devem ser usadas para visibilizar a recusa ao sistema desigual que afeta a vivência das ruas. Por último, Simmel aponta a

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, jessica.ellen.silva@aluno.uepb.edu.br;

² Professora Orientadora Doutora em Sociologia; Universidade Estadual da Paraíba; Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Urbano (GEUR / UEPB), jackeline.carvalho@servidor.uepb.edu.br;

precariedade da vida mental do homem na metrópole. A pesquisa bibliográfica se faz por essa linha e se propõe a responder o questionamento inicialmente proposto.

Objetivamos aqui a apresentar tais conceitos e analisá-los sob a ótica da relação de gênero na construção e composição da cidade, independente do estado em que esta esteja. Apresentando cada um destes autores e relacionando-os às vivências das mulheres. Sendo que a principal justificativa deste escrito é a necessidade de entender como as relações de gênero estão presentes em todos os lugares, inclusive na cidade, no espaço-tempo, no espaço físico e na dimensão virtual da cidade.

METODOLOGIA

A metodologia do artigo deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, informar, quando for pertinente, sobre a aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens.

A produção desta artigo se deu a partir da construção de Ensaio para obtenção de nota da primeira unidade do Componente Curricular Sociologia Urbana do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba. O artigo apresenta um recorte da discussão ensaística a partir do uso da pesquisa bibliográfica utilizada na disciplina; seguida da análise de uma produção cinematográfica que remonta toda a discussão presente durante a intermediação do texto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que a cidade era, inicialmente, interpretada como um espaço físico que abrigava diversas relações sociais e formas arquitetônicas como prédios, ruas e monumentos que simbolizavam o grande crescimento capitalista. É a partir da leitura de Lefebvre que podemos entender a cidade não só como um local, mas como uma sociedade, um tecido.

O teórico francês delimita a sociedade urbana como um objeto virtual, possível, real e passível de aplicação da práxis (prática). E resolve que é partir do crescimento econômico desenfreado que as unidades simples de cidades são transmutadas em unidades mais complexas; transforma o *campo* em *cidade*. **“A concentração da população acompanha a dos meios de produção.** O *tecido urbano* [definido como “o conjunto das manifestações do

predomínio da cidade sobre o campo”] prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária.” (LEFEBVRE, 2019, p. 19, grifo nosso).

Lefebvre, também, utiliza-se da expressão “revolução urbana” também, não no sentido violento do ato, mas no da transformação que esta acarreta entendendo como “o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá”. (LEFEBVRE, 2019, p. 21-22). A cidade *lefebvreana* consiste, então, na concentração populacional nos territórios ocupados pelas relações exploratórias de produção do capital; marcando desde as sociedades primevas em que havia apenas os pequenos grupos de humanos, até a sociedade urbana atual.

O eixo espaço-temporal que o intelectual constrói prevê o início das civilizações nos pequenos grupos, que se desenvolvem em Impérios que marcam sua força por meio da ideologia. Nestas tribos, era decerto que os papéis da mulher não seguiam, necessariamente a uma ideologia de dominação patriarcal-capitalista, libertando, portanto, o papel da mulher como *sombra de seu companheiro* e trazendo-a para os trabalhos manuais destinados à sobrevivência – própria e do grupo – traduzindo-se, então, em um papel influente na construção da cidade. Entretanto, conforme a evolução das cidades políticas, percebe-se uma relação de poder sobre corpos justificada pela escravidão, pelo Império, pela Nobreza e pelo Clero; daí, portanto, implicando numa hierarquia entre indivíduos, seja por questões trabalhistas, econômicas ou religiosas. Neste sentido, queda claro que uma figura deve dominar a outra (e nós sabemos bem a quantidade de mulheres – ou que, historicamente dizendo, o segundo sexo – a ocupar espaços de poder). Esta mesma lógica verticalizada se repete nas cidades mercantis, industriais e urbanas.

Infectada pelo patriarcalismo e pelo crescimento desenfreado, a arquitetura mudou, o fetichismo e sua ideologia dominaram e as se adaptaram a esse novo modelo de sociedade, usando-se de suas linguagens para operarem nessa nova estrutura física – que socialmente oprimia. O território predial, torna-se, então, o território do *trabalho*, da *mercadoria* e da *exposição*; e, como força de trabalho, as mulheres se fizeram presentes quando os homens morreram em massa nas grandes guerras – tudo para manter o sistema capitalista funcionando a todo vapor – produzindo mais do que poderiam consumir (como se consumissem...) e cumprindo jornadas absurdas de trabalho recebendo pouco em troca – mão-de-obra barata. Como mercadoria, tiveram seus corpos consumidos para recompor a vida mental destruída dos homens que vivem nas cidades; e quando *desgastadas* eram expostas “na área mais luxuosa da cidade mais rica do mundo, noite a noite, inverno a inverno, vivem mulheres,

jovens em idade e envelhecidas pelos pecados e pelo sofrimento, expulsas da sociedade, atoladas na fome, na doença e na sujeira.” (ENGELS, 2010, p. 75). Isso quando não eram hipersexualizadas pela indústria mercantil com o objetivo que produzir lucro em cima do consumo teatral dos corpos (mas adentrar nesse ponto já dá tema para um outro ensaio...).

Então, esse território construído pelo sistema econômico dominante promove, conseqüentemente, não só uma sociedade, mas um sistema urbano. Apresentado por Castells, a ideia de um sistema urbano, sobrepõe a sociedade; já que “todo o espaço é construído, e [...] a não-delimitação teórica do espaço tratado [...] faz com que o relacionemos a uma divisão culturalmente prescrita (e portanto *ideológica*).” (CASTELLS, 1983, p. 333-334, grifo do autor). E essa construção permite a análise, não só espaço-temporal, mas também da estrutura social das unidades urbanas são elas: a unidade ideológica – na qual a dominação se dá por meio da difusão cultural –, a político-jurídica – dominação normativa legitimada pelos poderes do Estado – e a econômica – o modelo capitalista de produção. A unidade-ideológica distribui um ideal cultural que é legitimado pelas leis e ditado pelo sistema econômico; assim, que se estabelece a relação entre as unidades urbanas; e, conseqüentemente, pelos personagens, melhor dizendo, agentes urbanos.

Outrossim, “as relações que os diferentes subelementos do sistema urbano mantêm entre si e com a estrutura social, seus papéis e seus níveis, definem a conjuntura do sistema urbano” (CASTELLS, 1983, p. 344). Entendendo isso, pergunta-se quais relações sociais são construídas nesse sistema urbano? Qual a estrutura social que pode ser desdobrada em unidades? Castells estabelece que as estruturas sociais contidas em unidades espaciais de reprodução de força de trabalho são organizadas dentro do sistema urbano, ou seja, a relação de produção, consumo e troca e sua reprodução nas demais instâncias – na gestão, função legal e como simbolismo, função ideológica. Surge, então, a fórmula da dominação estrutural da sociedade: Produção + consumo + troca + gestão + ideologia = definição dominante da estrutura social.

Pode-se afirmar, assim, que uma relação social definida pela produção-consumo-lucro somada a uma gestão eficiente que se apropria de símbolos é uma relação desigual, portanto, hierárquica, portanto, vertical, portanto, dominante. Ideologicamente, é fácil – claro, para quem detém os meios de produção e se define como dominante nas relações produtivas – definir uma crença que entrelaça a dominação do capital com a submissão social: o patriarcado. Produzindo, assim, uma sociedade alienada o bastante para seguir as regras ditadas – mesmo que não façam sentido – e não pensadas. “Como produto resultante de

relações sociais, as cidades não poderiam deixar de expressar essa realidade social e econômica” (MARICATO, 2004, p. 42).

Historicamente detentores da cidadania e, conseqüentemente, legitimados a assumir a posse e/ou propriedade, os ricos homens europeus ansiavam a manutenção de sua riqueza; por isso adquiriram todos os pedaços de terra que puderam, e, em virtude disso, a dominação social. Para mantê-la, viram-se obrigados a colonizar corpos e mentalidades, daí a necessidade de uma ideologia forte o bastante para legitimar a manutenção de suas conquistas, assim, a origem das relações sociais refletirem o patriarcado – mulheres como acessórios para a manutenção da instituição familiar *de poder*, mulheres como serviçais que se resumiam em força de trabalho quando, apenas, estritamente necessário e sem acesso razão educacional para evitar quaisquer insurreições. O que nos coloca a entender que:

A dinâmica social do local de trabalho não é igual à do espaço de moradia. Neste, as distinções baseadas em gênero, raça, etnia, religião e cultura costumam ser mais profundamente arraigadas no tecido social, enquanto as questões de reprodução social desempenham um papel mais relevante, até mesmo dominante, na conformação da subjetividade e da consciência política. (HARVEY, 2014, p. 238)

Conseqüentemente, na relação espacial, temos, novamente, uma cidade marcada pela diferença no acesso às moradas, já que o “acesso à moradia está ligado ao seu preço, que, por sua vez, depende da sua localização na cidade” (MARICATO, p. 43). Onde estão as mulheres? Quais lugares na cidade elas ocupam? A cidade é um espaço de luta contra as forças do capital, o processo urbano deve aderir, necessariamente, às lutas anticapitalistas, pois trata-se de um processo que foi construído por meio das diferenças, desigualdades e insatisfações socioculturais. E, ainda hoje, carece de reformulação e aplicação de direitos atribuídos àqueles que nela moram já que o “direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores da construção, mas também a todos aqueles que facilitarão a reprodução da vida cotidiana”. (HARVEY, 2014, p. 245). De tal sorte que se deve perceber a cidade como um espaço de resistência e de revolução política, visto que:

Se a urbanização é tão crucial para a história da acumulação do capital, e se as forças do capital e seus inumeráveis aliados devem mobilizar-se sem descanso para revolucionar periodicamente a vida urbana, então uma luta de classes de algum tipo, não importa se explicitamente reconhecida como tal, está inevitavelmente envolvida. (HARVEY, 2014, p. 209)

Em termos gerais, estas lutas anticapitalistas devem observar que esse mecanismo de dominação – mental e – urbano se deve e pode ser solucionado e/ou abolido a partir de três principais fatores: o empobrecimento populacional – e “frustração do potencial do pleno desenvolvimento, das capacidades e das forças criativas humanos” – a degradação ambiental – “questão material [...] espiritual e moral, de transformar a concepção humana da natureza e a sua relação material com ela.” – e, por fim, ao “ponto de inflexão do capital”. (HARVEY, 2014, p. 228-229). Derrubar o capitalismo – e reformar o espaço urbano – é derrubar a relação de dominação que existe dentro dele, é enfraquecer as hierarquias e dinamizar as classes, é eliminar a mais-valia.

A mais-valia que somente é possível porque quem controla a produção na organização desse mundo urbano. Existem os cuidadores de pequenos humanos e existem os pensadores e produtores de tecnologia que dependem – solidariamente, na visão *durkheimiana* – desses cuidadores; assim como existem os trabalhos braçais que mantêm as máquinas produtoras de lucro funcionando, da mesma forma que há os produtores de ciência que desempenham uma função intelectual.

há uma evidente conexão entre os que extraem o minério de ferro das minas que participa da produção do aço que vai para a construção das pontes pelas quais trafegam os caminhões cheios de mercadorias para consumo até o seu destino final sejam fábricas ou residências. Todas essas atividades (inclusive um movimento especial) são produtores de valor e mais valia. (HARVEY, 2014, p. 233)

E, para legitimar essa teoria, existe o Estado o legitimador e garantidor das perpetuações normativas da ordem social produtora e reprodutora de capital que perpetua a ideologia da hierarquia. A mais-valia, dependendo do lugar, é produzido por mulheres sentadas mais de quatorze horas em frente a uma máquina de costura que produz milhares de peças por hora que serem transportadas a pouco custo e vendidas a margem de lucro absurda. Esse lucro é revertido em face de quem produziu? É revertido em direitos? Não. Esse lucro é repassado para os produtores que vão depender de mulheres – mão de obra barata que não serve mais como reprodutora da espécie – para alimentar suas riquezas. Essas políticas são pensadas conjuntamente com uma ideologia legitimadora desta lógica. E depois que perdem seu valor como trabalhadoras nas cidades? Desvalorizadas, pertencentes e desarmadas, as mulheres moram na cidade “pagando o preço” definido pela ideologia excludente – quem não é incluído, é marginalizado pela visão higienista. Sobra, então, a ocupação de espaços desumanos.

O juiz [...] recebeu dos policiais os seguintes esclarecimentos: viúva de um antigo soldado, que depois servira à polícia, a mãe dos meninos, após a morte do marido, vivia na miséria com seus nove filhos. Morava em Pool's Place, no nº 2 da Quaker Street (Spitalfields), na maior pobreza: quando a polícia chegou ao lugar, encontrou-a com seis dos filhos literalmente empilhados num pequeno quarto dos fundos da casa, tendo como suas apenas duas cadeiras de vime sem assento, uma mesinha com os pés quebrados, uma xícara partida e um pequeno prato. Não tinha praticamente como fazer fogo, a cama de toda a família era uns poucos trapos e os cobertores eram suas próprias roupas em farrapos. A pobre mulher contou que, no ano anterior, vendera a cama para comprar comida; os lençóis, deixara-os empenhados na mercearia – em suma, entregara tudo em troca de pão. O juiz fez com que se concedesse a essa mulher um significativo subsídio da Caixa dos Pobres.” (ENGELS, 2010, p. 74)

Esta cidade, o sistema urbano, este espaço de luta anticapitalista não produzem um ser humano humanizado, tal como aponta Simmel, mas apenas uma metrópole que intensifica os estímulos nervosos internos e externos do homem e transforma a experiência sensorial, psíquica e emocional – por meio dos sons, artigos visuais, cheiros, até palavras, gestos e olhares. Fazendo com que, nos espaços metropolitanos, seja exigido muito mais o uso da racionalidade, do calculismo e da intelectualidade, abrindo mais espaço à valorização do dinheiro e, conseqüentemente, à desvalorização da imaginação: a vida perde sua cor, torna-se descolorida, o dinheiro, central e as negociações entre os homens objetificadas.

A centralidade dada à produção da mais-valia transforma o homem em máquina, e, conseqüentemente, objetifica – ainda mais – as mulheres que só podem ser inseridas nesta sociedade a partir de um interesse puramente racional e econômico. Elas que conquistam seu espaço como cidadã somente pelo interesse do capital; acabam por serem peões no jogo da conquista de riquezas: precisamos de mão-de-obra, vamos permitir o trabalho feminino – mesmo que de jornada dupla, e mesmo que para isso precisem morrer milhares nas fábricas –; precisamos diminuir a taxa de natalidade para evitar superpopulação e danificar os ganhos de lucro, vamos distribuir anticoncepcional e organizar políticas de natalidade. O uso dos corpos femininos ainda é um uso, é equiparado à mercadoria.

A decadência dos corpos ainda existe porque o ser social torna-se *blasé*, *autopreservador*, e perde sua autonomia e sensibilidade; perde o elemento que o faz humano: sua capacidade sensorial e emocional, e, assim, de produzir memórias. Um homem que não sente, é um homem sem memória, logo, sem história, logo, alienado, logo, propagador de uma ideologia dominante – seja ela qual for, até mesmo se for a da submissão de corpos humanos em relação a outros. E desde o século XVIII que indivíduos se sentindo presos a vínculos opressivos e compram uma ideia distorcida do que seria a liberdade e a igualdade; e estas condições produziram um homem que se considerava único e insubstituível – que, na verdade,

não o é; mas é seduzido pela possibilidade de o ser: física, mental, espaço-temporal e juridicamente. Por isso luta *por si e não por todos* – como deveria ser. A justificativa lógica binária separatista perfeita que tem força até hoje.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de toda essa leitura referencial, far-se-á uma análise da produção cinematográfica denominada: “A TERRA em que pisar”, direção de Fáuston da Silva, produzida em 2019, conta a história de Joana, uma mulher negra com deficiência auditiva e periférica que finalmente decide participar dos alvoroços políticos do envolvimento de uma ocupação irregular de terra pública. Esta decisão além de lhe fornecer uma moradia, lhe oferece, também, consciência política, antes adormecida pelo apagamento histórico da participação efetiva das mulheres na cidade.

O filme começa com os moradores da ocupação clamando por seu direito a moradia. Depois retorna um pouco na história quando Joana ainda não morava na ocupação e os moradores estavam discutindo, com outros cidadãos, como se dá o direito a moradia; as diferenças entre ocupação e invasão e como o exercício do direito social à moradia pode ser reclamado caso algum terreno desocupado não esteja cumprindo sua função social.

Em seguida, conseguimos acompanhar o dia a dia de Joana em sua rotina de trabalho, por trabalhar numa fábrica, não pode fazer o uso do celular ou trabalhar sem ter seus passos vigiados; somado a isso, a empresa estava realizando um corte de funcionários e ela é a primeira a ter sua jornada reduzida.

Devido a estas circunstâncias econômicas reduzidas, Joana, sua mãe e sua filha são obrigadas a se mudar para a mesma ocupação que estavam discutindo no começo da produção. Após sua mudança, assistimos Joana iniciar sua jornada política na busca pelo conhecimento na própria comunidade que, também, promove um movimento social educativo. Este movimento educador é a representação da cidade como um espaço de luta do processo urbano contra o capitalismo, e eles esquematizam muito bem as diferenças, desigualdades e insatisfações socioculturais. E, além de reproduzir bem a cidade, também reproduz as lutas contra esse desenvolvimento desenfreado na sociedade. Entretanto, como, ainda assim, sua situação de moradia ainda é de alerta, os moradores recebem a notícia de que a ação de reintegração de posse será executada, logo, seus moradores devem se despendar do território o mais breve possível.

Então acompanhamos os moradores discutindo sobre a necessidade de desocupar e como fariam isso, alguns gostariam de utilizar da violência para isto, mas lembram que “a violência é atributo do Estado” mas que, ainda assim, preferiram resistir, mas realizando um protesto pelo direito à moradia. Tem um momento durante o protesto que Joana e sua família ainda estão na casa – por serem as últimas a se retirarem de sua moradia – e a mulher decide tirar seu aparelho auditivo para, então, se ausentar de ouvir a algazarra do dia da desocupação. Recuperando, assim, suas forças ao usufruir de alguns minutos de paz com sua decisão de resistir e permanecer em seu território ocupado, em seu direito à moradia efetivado.

Até que o dono do terreno, materializado por um homem branco e rico afirma “se ela não sair, eu vou passar o trator por cima”. Esta fala pode ser interpretada como uma reafirmação do poder dos homens sobre as mulheres, até mesmo na ocupação e no direito à cidade, já que ele se coloca como hierarquicamente superior até mesmo ao Estado.



Fonte: A terra em que pisar, 2019

Entretanto, logo em seguida é retrucado pela representante do Poder Público uma policial que defende as normas e a justiça e diz “se o senhor fizer isso, eu prendo o senhor”; limitando o poder extensão que o capital masculino representa neste momento e representando, também, a tentativa de proteger os direitos, pertences e dignidade de Joana. Esta policial representa o ciclo do Estado perpetuador da ordem social que reproduz na ideologia hierárquica, ainda assim, permite um tempo para que as moradoras possam se organizar e sair de suas ocupações. Seu barraco, enfim, é derrubado. Até que, então, conseguimos ouvir as lamentações de Joana quando indagada o porquê estava recolhendo seus pertences pós-demolição.

Quando Joana diz “eu não tenho casa, eu nunca tive [...] eu saio para trabalhar ainda é noite, eu chego já é noite. Eu trabalho desde os 12 anos, meu salário nunca sobrou. [...] A única casa que eu tive na minha vida foi essa aqui que está caída [...] essa aqui pode estar caída, mas a minha convicção ela está de pé.” Podemos, finalmente, observar a representação da emancipação política de Joana em relação ao seu papel na luta de seus espaço na cidade.



Fonte: A terra em que pisar, 2019

Joana representa muito bem o papel da mulher afastado desta sombra de seu companheiro e se traduz no papel influente na construção da cidade, pois quando estuda para entender os processos de urbanização e os processos capitalistas representa-se emancipada deste papel rebaixador do sistema urbano que marca essa divisão ideológica em Castells, 1983. Ela, então representa a quebra dessa estrutura urbana dominante capaz de revolucionar o espaço urbano, e, conseqüentemente, a dominação social. Joana deixa se der uma ser social autopreservadora e se reconecta com sua autonomia, sendo, novamente, capaz de produzir memórias e história; ela deixa de ser alienada e capaz de se emancipar dessa dominação proposta pela cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos responder, neste Ensaio, ao seguinte questionamento: onde se encontra a mulher na construção da cidade? Sendo que esse papel da mulher na construção da cidade perpassa por todas essas teorias apresentadas – mesmo que implicitamente.

Observamos como Lefebvre, Castells, Harvey e Simmel apresentam as teorias, respectivamente, da cidade urbana, do sistema urbano, da cidade como espaço de luta anticapitalista e da vida mental do homem na metrópole; e como se constitui a cidade, e, implicitamente, a posição que o indivíduo ocupa nessa construção. Conseqüentemente ao

observar o espaço em que o indivíduo constrói a partir de sua participação, pode-se inferir como isso afeta diretamente a vida da mulher na cidade. Analisamos sob a ótica da relação de gênero essa construção e composição desses espaços, independente do estado em que ela esteja.

E podemos perceber que o papel das mulheres é elemento indispensável na construção da cidade – qualquer que ela seja – mas que pode ser desempenhado de diversas formas. Acidentalmente – pelo menos no âmbito urbano, por causa das relações de produção – essa luta tem uma frente consolidada por sua fortaleza; entretanto, ainda está escondida em outros espaços. Apesar de existirem diversos movimentos sociais identitários, não há uma ocupação de fato cômoda a elas, pois há, mesmo dentro de um espaço de tanta liberdade e igualdades promovida pelos direitos civis e sociais, muita opressão ideológica e sociocultural nas grandes cidades – a reprodução de lógicas segregacionistas.

O homem está preso em um ciclo de alienação social, cultural e econômico, e, por reflexo, também está a mulher; e esse é o principal lugar que a mulher ocupa na construção da cidade – daí a importância do incentivo à apropriação da produção e, conseqüentemente da apropriação da cidade. Os movimentos sociais educadores são excelentes alternativas para tal feito, visto que promovem a emancipação das mulheres.

Enquanto que, anteriormente, seu papel era o de integração para transformação, passou se tornar peão, ou, ainda, produto gerador de lucro para um outro produto maior ainda que seria o espaço urbano. A mulher ocupa o espaço que sobra, o espaço que lhe é destinado pela estrutura social, e não o lugar elegido por ela. As mulheres que se casam porque é assim que lhes foi ensinado, que não se divorciam porque não é assim que lhes foi ensinado, as mulheres que têm filhos e cuidam dos filhos sem terem conhecimento de que são livres do papel de reprodução. É um espaço *dado* e não *garantido*. Por isso pode ser retirado a qualquer momento.

Sendo, então, necessário reverter este aspecto, se realinhando com a luta anticapitalista que derruba as estruturas e transforma a realidade social. Assim, as mulheres que se casam sem nem se perguntarem o motivo, passam a se perguntar o porquê devem fazê-lo, o porquê não podem ser libertas do *dever da reprodução* e o porquê não podem ocupar espaços de poder. Assim este espaço que lhes foi dado pode ser, por elas, reformulado, e, assim, garantido e reordenado para ocupação e manutenção de direitos, podendo ele ser a luta pelo direito a moradia, ou o direito a ter direitos.



REFERÊNCIAS

A TERRA em que pisar. Direção de Fáuston da Silva, Estrutural (DF), 2019 (24 min).

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (p. 333-345)

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. (p. 67-88)

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Tradução: Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014. (p. 209-250)

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. (p. 17-37)

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. 7ª edição. São Paulo: Atual, 2004. (p. 42-53)

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELTTO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. Rio de Janeiro, 1967. (p. 10-24)